

Processo 11.818 274-9



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

**CESSÃO**

Livro - PR - 08 - Fls. 151  
Processo n.º 04936.007862/2012-13

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO**, sob o regime de utilização gratuita, que entre si celebram como OUTORGANTE Cedente a UNIÃO, e como OUTORGADO Cessionário o ESTADO DO PARANÁ, de imóvel urbano caracterizado como parte do lote 400 da quadra 14, do Centro Cívico de Foz do Iguaçu, com área de 5.791,85 m<sup>2</sup>, situado no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme processo n.º 04936.007862/2012-13.

Aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de 2013 (dois mil e treze), na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 630, 7º andar, Centro, em Curitiba/PR, compareceram as partes entre si justas e contratadas, de um lado como OUTORGANTE Cedente, a UNIÃO, representada neste ato, de acordo com a autorização expressa na Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010, Seção 2, página 75, pelo Superintendente do Patrimônio da União no Paraná, Sr. Dinarte Antonio Vaz, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 580.090-0 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 003.005.869-49, residente e domiciliado na Rua General Daltro Filho, nº 326, Curitiba/PR, nomeado pela Portaria MP/SE nº 735, de 27 de novembro de 2002, e de outro lado como OUTORGADO publicada no Diário Oficial da União de 28/11/2002, e de outro lado como OUTORGADO Cessionário o ESTADO DO PARANÁ, com sede na Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº, Palácio Iguaçu, neste ato representado por seu Governador, Sr. Carlos Alberto Richa, brasileiro, portador da Cédula de Identidade/RG nº 1.807.391-9 SSP - PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 541.917.509-68, residente e domiciliado em Curitiba/PR, e perante as testemunhas, nomeadas no final do presente contrato, a UNIÃO, por seu representante legal disse o seguinte:



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

CESSÃO

Livro - PR - 08 - Fls. 152  
Processo n.º 04936.007862/2012-13

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Que a UNIÃO é senhora e legítima possuidora do imóvel urbano caracterizado como parte do lote 400 da quadra 14, do Centro Cívico de Foz do Iguaçu, com área de 5.791,85 m<sup>2</sup>, situado no Município de Foz do Iguaçu/PR, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, sob o nº 33.983.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Que o mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: “Inicia-se a descrição deste perímetro pelo vértice V-1, localizado na interseção do alinhamento predial da Rua Marginal da Avenida Paraná com o alinhamento predial da Rua G-1; deste, com azimute de 95°35'58"(rumo 84°24'02"SE) e distância de 64,35m confrontando com Rua G-1, até o vértice V-2; deste, segue com azimute de 186°22'25"(rumo 6°22'25"SW) e distância de 85,23m pelo alinhamento predial da Rua 1 até o vértice V-7; deste, segue confrontando com remanescente do Lote 0400, cedido para o Ministério Público do Estado do Paraná, pelo azimute de 266°37'42"(rumo 86°37'42"SW) e distância de 64,95m até o vértice V-6; deste, segue com azimute de 6°11'23"(rumo 6°11'23"NE) e distância de 95,18m pelo alinhamento predial da Rua Marginal da Avenida Paraná, até o vértice V-1, ponto inicial desta descrição. Todos os azimutes e rumos desta descrição se referem ao Norte Verdadeiro.”

**CLÁUSULA TERCEIRA** O imóvel acima identificado, se acha livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou qualquer outro ônus real.

**CLÁUSULA QUARTA** - Tendo em vista o disposto na Portaria nº 16 de 28 de março de 2013, do Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 60, de 03 de abril de 2013, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, a UNIÃO neste ato promove a Cessão de Uso, sob a forma de utilização gratuita, do imóvel descrito na cláusula segunda, ao Outorgado Cessionário, para a destinação específica de instalação e funcionamento da Defensoria Pública do Paraná.

**CLÁUSULA QUINTA** – O presente contrato terá vigência de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura deste, podendo a critério da OUTORGANTE Cedente e se for de interesse do OUTORGADO Cessionário, ser prorrogado por igual período, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes de findo o prazo do estabelecido nesta cláusula.

**CLÁUSULA SEXTA** – São obrigações do OUTORGADO Cessionário:



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

**CESSÃO**

Livro - PR - 08 - Fls. 153  
Processo n.º 04936.007862/2012-13

- I – zelar pelo imóvel cedido, realizar sua fiscalização, conservação e guarda, bem como obedecer às normas de uso e a legislação pertinente;
- II - permitir o livre acesso às instalações do empreendimento de servidores da Secretaria do Patrimônio da União – SPU e de outros órgãos com jurisdição sobre a área do imóvel cedido quando devidamente identificados e em missão de fiscalização;
- III – obriga-se o cessionário a realizar, às suas expensas, as despesas com vigilância, água, luz, conservação durante a vigência do contrato;
- IV - lhe incumbirá o pagamento dos impostos, taxas e tarifas incidentes, ou que venham a incidir, sobre o bem ora cedido, ou sobre a sua utilização;
- V – obriga-se o cessionário a apresentar apólice de seguro do imóvel contra danos físicos e materiais, em valor não inferior ao avaliado pela SPU, com cláusula onde conste a UNIÃO como beneficiária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os direitos e obrigações mencionados na Portaria autorizativa, bem como os contidos nesta cláusula, não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Incumbirá ao OUTORGADO Cessionário manter no imóvel cedido, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n.º 122, de 13 de junho de 2000, correndo à conta do OUTORGADO Cessionário todas as custas e despesas deles decorrentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Responderá o Cessionário por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes a área de que trata este Contrato, inclusive no que se refere às benfeitorias e acessórios ali existentes.

**CLÁUSULA OITAVA** - Considerar-se-á rescindido o presente contrato de cessão, independente de ato especial, retornando o imóvel à posse do OUTORGANTE Cedente, sem direito o OUTORGADO Cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias que realizar, nos seguintes casos:

- a) se ao imóvel, no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista na CLÁUSULA QUARTA deste Contrato;
- b) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;
- c) se o OUTORGADO Cessionário renunciar à cessão, ou deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ser extinto;
- d) na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a OUTORGANTE Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

**CESSÃO**

Livro - PR - 08 - Fls. 154  
Processo n.º 04936.007862/2012-13

**CLÁUSULA NONA** - A presente cessão é feita nas seguintes condições:

- a) cessado o prazo estabelecido na CLÁUSULA QUINTA, reverterá o próprio nacional à administração da OUTORGANTE, independentemente de ato especial;
- b) a cessão fica sujeita à fiscalização periódica por parte da SPU;
- c) não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na CLÁUSULA QUARTA;
- d) qualquer ampliação ou alteração do imóvel cedido deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à SPU/PR, incumbindo ao OUTORGADO, após a autorização, encaminhar à SPU/PR a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Verificado o descumprimento de quaisquer das condições mencionadas nas letras "a", "b", "c" e "d" da CLÁUSULA NONA, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - É competente o foro de eleição da Justiça Federal do Paraná, Circunscrição de Curitiba, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente contrato deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, por conta do Cessionário, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

Pelo OUTORGADO, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio de seu representante, ante as testemunhas presentes a este ato, foi dito que aceitava o presente contrato em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos.

E, por se acharem assim ajustados e contratados, assinaram a **UNIÃO**, como OUTORGANTE Cedente, o **ESTADO DO PARANÁ**, como OUTORGADO Cessionário, através de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo ato, depois de lido achado conforme o presente instrumento é lavrado em livro próprio de Cessão desta Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná, valendo o mesmo como Escritura Pública, nos termos do artigo 10 da Lei n.º 5.421, 25 de abril de 1968. E, para constar eu, Luciano Sabatke Diz, Coordenador da COPRE, lavrei este **Contrato de Cessão** sob a forma de utilização gratuita, que vai conferido e assinado por



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

CESSÃO

Livro - PR - 08 - Fls. 155  
Processo n.º 04936.007862/2012-13

mim, *André S. J.*, pelos representantes das partes interessadas e pelas testemunhas.

OUTORGANTE CEDENTE: *K. - X - M. V.*

OUTORGADO CESSIONÁRIO: *André Milha*

TESTEMUNHAS: Carla Radha Covatelli  
RG 6861711-1  
CPF 045.453.859-66

Cláire Maia Bittencourt  
Belfort  
RG 5623495-SSP/SC  
CPF 061665439-72

